

Informativo Semanal

#COVID-19



AJUFE

23/04

Concurso OIM-Ajufe divulga Comissão Julgadora

A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), em cumprimento ao Edital do "Concurso OIM-Ajufe de decisões judiciais e acórdãos em tráfico de pessoas, promoção de migração ilegal e redução à condição análoga à de escravo", divulga a nomeação da Comissão Julgadora:

1. AJUFE: Louise Filgueiras (Tribunal Regional Federal da 3ª Região)
2. CNJ: Tânia Reckziegel (Conselho Nacional de Justiça)
3. OIM: Nerissa Farret (Organização Internacional para as Migrações)
4. Academia: Alessandra Benedito (Fundação Getulio Vargas SP)
5. Sociedade Civil: Anália Belisa Ribeiro Pinto (ONG Elas por Elas)

O prazo de inscrições das decisões judiciais e acórdãos vai até o dia 30 de abril. A iniciativa é da Ajufe em parceria com a Organização Internacional para Imigrações (OIM).

Continue lendo...

22/04

Centros de Inteligência da Justiça Federal é tema do podcast da Ajufe desta semana!

Finalizando a série sobre a atuação da Justiça Federal, o episódio do Podcast "Justiça Federal em Debate", da Ajufe, desta semana é sobre a importância e funcionalidade dos Centros de inteligência da Justiça Federal. Esses espaços são fundamentais e serviram de inspiração para todo o Poder Judiciário no que diz respeito à prevenção de demandas, monitoramento de informações processuais e gestão dos precedentes.

No bate-papo, a coordenadora do Grupo Operacional do Centro Nacional de Inteligência e diretora do Foro de Minas Gerais, Vânia Moraes, explica o funcionamento dos centros, a origem deles, a importância desses espaços em época de pandemia do novo coronavírus, e muito mais! A magistrada ainda comenta a importância da criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em Minas Gerais, e a expansão da Justiça Federal.

Continue lendo...

22/04

Esmaf promove webinar sobre implantação

da Justiça Restaurativa no TRF1

A Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf) realiza, no próximo dia 26 de abril, às 10h, o webinar "Implantação da Justiça Restaurativa no Tribunal Regional Federal da 1ª Região", com transmissão pelo canal da Esmaf no YouTube.

O evento é o 11º da série on-line "Diálogos Jurídicos com a Magistratura Federal", e conta com a coordenação da desembargadora federal Gilda Sigmaringa Seixas, presidente do Núcleo de Justiça Restaurativa (Nujures) e coordenadora do grupo de trabalho responsável pelo Plano de Implantação, Difusão e Expansão da Justiça Restaurativa da 1ª Região.

Continue lendo...

22/04

TRF2 promove ações de qualificação em justiça e cidadania com dez municípios da Baixada Fluminense

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) deu início na segunda-feira, 19/4, ao Programa Interfaces Cidadãs, iniciativa que envolve dez municípios da Baixada Fluminense e visa à capacitação em justiça e cidadania de profissionais que atuam na atenção primária às populações locais da região.

O trabalho, elaborado e coordenado pelo Centro de Atendimento Itinerante da Justiça Federal (CAIJF) do TRF2, conta com a parceria das Secretarias de Assistência Social dos municípios envolvidos: Itaguaí, Queimados, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Mesquita, Magé, Paracambi, Duque de Caxias, Japeri e Nilópolis.

Continue lendo...

22/04

Primeira Turma do TRF3 anula decisões sobre reintegração de posse na região de Dourados (MS)

A Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) anulou duas sentenças da 2ª Vara Federal de Dourados (MS) que haviam determinado reintegração de posse de imóveis rurais localizados na região das terras da Comunidade Yvo Vera. Indígenas e União afirmaram que a área em disputa integra reserva já demarcada e registrada.

De acordo com o colegiado, os espaços discutidos nos autos não tratam de terras índi-

genas em processo de demarcação, mas, sim, de reserva criada pelo Decreto Estadual nº 401/1917 e devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Dourados/MS (CRI).

Continue lendo...

22/04

Tribunal desbloqueia valor da conta salário de estudante com dívidas do crédito educacional

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) desbloqueou R\$ 6,5 mil da conta salário de uma estudante cujos valores estavam retidos por conta de uma dívida no crédito educacional. A mulher, autora do agravo deferido pela Corte, havia pedido a liberação do valor pois ficaria com a subsistência prejudicada. A decisão unânime da 3ª Turma ocorreu em sessão virtual no dia 13/4.

Em 2002, a autora assinou um contrato com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para cursar o ensino superior. No entanto, a partir de 2008, a estudante não teve mais condições de pagar as parcelas do empréstimo, razão pela qual ficou em dívida.

Continue lendo...

22/04

TRF-2 libera Buser no Rio e afirma que legislação não se aplica a empresa

A Buser — conhecida como o Uber dos ônibus — conseguiu uma vitória no TRF-2, em um processo movido contra a empresa pelo Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário Intermunicipal do Rio de Janeiro. O sindicato pediu a proibição da circulação das viagens promovidas pela empresa no estado, o que foi negado.

O tribunal, em decisão do desembargador José Neiva, entendeu que a atividade da empresa “é totalmente diversa do transporte regular ou de fretamento, servindo ela unicamente de plataforma eletrônica para o comércio de outros serviços, no caso, de transporte”.

Continue lendo...

20/04

NOTA PÚBLICA - Atuação do juiz federal Marcelo Bretas

A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) repudia as recentes declarações do

Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes que, mais uma vez, lançou suspeitas sobre a atuação do juiz federal Marcelo Bretas, titular da 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro, sem indicar elementos concretos. A Ajufe reitera que eventuais questionamentos e críticas à conduta de magistrados possuem caminhos adequados: investigação e devido processo legal.

Continue lendo...

20/04

Juiz Federal lança livro sobre responsabilidade tributária de notários e registradores

O juiz federal Nórton Luís Benites lança o livro Responsabilidade Tributária de Notários e de Registradores, pela Editora Almedina. A publicação já está em pré-venda, com desconto.

Há muitas questões complexas de Direito Tributário que afetam o cotidiano das serventias extrajudiciais, as quais desafiam seus Oficiais, Advogados, Autoridades Fiscais, Procuradores da Fazenda Pública e Magistrados. A obra discute, portanto, de forma pragmática, todos os papéis que podem ser desempenhados pelos Delegatários Extrajudiciais no campo do Direito Tributário nacional. O livro tem prefácio do Professor Leandro Paulsen, Doutor em Direito (Universidad de Salamanca - USAL -, Espanha) e Desembargador Federal do TRF4 (Porto Alegre/RS).

Continue lendo...

20/4

Desembargador federal Fausto De Sanctis lança e-book sobre combate ao crime Econômico-Financeiro

O desembargador federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região Fausto Martin De Sanctis lançou, pela Editora Legal Ethics Compliance (LEC), o e-book “Décadas de esforços ao combate ao crime Econômico-Financeiro”.

No e-book, é possível verificar a real situação do combate ao crime econômico-financeiro e à lavagem de dinheiro no Brasil e nos EUA, a partir dos aperfeiçoamentos da legislação anti-lavagem, e da implementação da Financial Crimes Enforcement Network (FinCEN) e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).

Continue lendo...

20/04

Ministro Schietti lança nova edição de livro que aborda prisão cautelar

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Rogerio Schietti Cruz, lança a sexta edição da obra "Prisão cautelar: dramas, princípios e alternativas". A novidade é a inclusão dos reflexos da pandemia da Covid-19 no sistema das medidas cautelares pessoais, com destaque para o modo com que juízes e tribunais – especialmente o STJ – têm lidado com o incremento das demandas por liberdade, em habeas corpus e em recursos ordinários em habeas corpus.

Nas palavras do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Sepúlveda Pertence, autor do prefácio, "são primorosas a análise crítica da legislação processual ordinária e da sua aplicação desatenta às garantias fundamentais e a reconstrução dogmática do instituto da prisão cautelar, a partir, como se impunha, dos grandes princípios constitucionais incidentes.

Continue lendo...

19/04

TRF4 mantém liminar que determina medidas urgentes para iniciar despoluição da Lagoa da Conceição, em Florianópolis

Em decisão monocrática publicada nesta terça-feira (13/4), o desembargador federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira, da 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), manteve integralmente a liminar da 6ª Vara Federal de Florianópolis (SC) que determinou a adoção de uma série de medidas urgentes pelos órgãos estaduais e municipais para iniciar o processo de despoluição da Lagoa da Conceição, na capital catarinense.

Assim, a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan), o Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) e a Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis (Floram) devem proceder, imediatamente, à publicização de todos os laudos técnicos e contratações relacionadas ao vazamento de efluentes na região, bem como divulgar os resultados do monitoramento das águas. As autarquias estaduais devem adotar medidas para garantir a segurança da lagoa cujos taludes se romperam, especialmente para preve-

nir novos problemas, e fiscalizar a eficiência da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) da Lagoa da Conceição. A Casan deverá contratar consultorias, equipamentos e insumos para as três instituições, para a realização de providências concretas de mitigação e de remediação dos impactos ambientais.

Continue lendo...

19/04

TRF3 inaugura balcão virtual para atendimento de advogados e público em geral por videoconferência

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) inaugura, na próxima segunda-feira (19/4), um novo serviço para tornar mais ágil o atendimento às partes e advogados: o Balcão Virtual. A iniciativa faz parte do Programa Justiça 4.0 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que tem o objetivo de promover o acesso à Justiça por meio de novas tecnologias e inteligência artificial.

A ferramenta estará disponível no site do TRF3 e das Seções Judiciárias de Mato Grosso do Sul (JFMS) e São Paulo (JFSP), e apresentará ao usuário uma relação de secretarias e unidades judiciárias das quais ele poderá solicitar atendimento ao clicar no link de acesso. A partir de então, ele será redirecionado a uma sala virtual no programa Microsoft Teams, na qual ele poderá falar diretamente com um servidor por videoconferência, durante o horário de atendimento ao público: das 12h às 19 horas, no estado de São Paulo; e das 11h às 18 horas, em Mato Grosso do Sul.

Continue lendo...

19/04

Instrutor de basquete não está sujeito ao registro no Conselho Regional de Educação Física

A Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) manteve sentença que garantiu o exercício profissional de um instrutor de basquete sem necessidade de inscrição junto ao Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região/São Paulo (CREF4/SP). Para o colegiado, as atividades desenvolvidas pelo autor da ação não se enquadram como privativas do profissional de Educação Física, conforme a legislação. Além disso, segundo a decisão, obrigar o registro na autarquia federal vai contra norma constitucional de li-

berdade do exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão.

[Continue lendo...](#)

19/04

TRF2 libera Buser no Rio de Janeiro

O TRF (Tribunal Regional Federal) da 2ª região liberou a atuação da Buser no Rio de Janeiro ao suspender uma decisão anterior em favor do Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário Intermunicipal do Rio de Janeiro, que representa as viagens de linhas regulares.

Na apelação, o aplicativo de ônibus alegou que não pode ser impedido de operar pelas agências regulatórias porque sua atuação difere das características das linhas autorizadas.

[Continue lendo...](#)

19/04

Homem condenado por falso testemunho em processo trabalhista tem pena mantida pelo TRF4

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) negou provimento à apelação de um homem que prestou falso testemunho em favor de um antigo colega de trabalho em troca de R\$ 10 mil. Ele foi condenado pela 1ª Vara Federal de Tubarão a dois anos e quatro meses de prisão em regime inicial aberto, substituídos por prestação de serviços comunitários, além do pagamento de multa. A decisão da 8ª Turma, unânime, ocorreu em sessão virtual no dia 7/4 e manteve a sentença de primeiro grau.

Em 2014, no intuito de comprovar o vínculo empregatício no período entre dezembro de 2007 e novembro de 2008, para ter direito às verbas referentes ao período supostamente trabalhado, o antigo colega do réu o pagou a quantia de R\$ 10 mil para que ele testemunhasse a seu favor. O homem aceitou o dinheiro e prestou falso testemunho à 1ª Vara do Trabalho de Tubarão/SC, na qual tramitava o processo contra aquele que fez o pagamento.

[Continue lendo...](#)

19/04

5ª Vara Federal determina que CREF5 dê publicidade à decisão sobre o indeferimento do pedido de imunização

prioritária dos educadores físicos

Nessa sexta-feira, 16/4, o juiz federal João Luis Nogueira Matias, da 5ª Vara da Justiça Federal no Ceará (JFCE), determinou que Conselho Regional De Educação Física da Quinta Região (CREF5) publique, no prazo de 48 horas, em seus canais de comunicação, o inteiro teor da decisão proferida em 24/03, a qual indeferiu a inclusão dos profissionais de educação física em listas prioritárias de vacinação, bem como a decisão dos embargos de declaração, a fim de esclarecer a categoria sobre o indeferimento do pedido formulado.

A determinação consta dos embargos de declaração opostos pelo Conselho Regional De Educação Física Da Quinta Região (CREF5), alegando a existência de dúvidas no indeferimento do pedido inclusão dos profissionais como prioridade de vacinação.

[Continue lendo...](#)

19/04

TRF1 lança projeto voltado ao treinamento e aperfeiçoamento de conciliadores

Com base na missão do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região (SistCon) de treinar e aperfeiçoar constantemente os conciliadores da JF1, o Tribunal lança o Projeto Quinta do Conciliador.

A iniciativa é composta por palestras mensais, com temas que possibilitem aperfeiçoamento das atividades, aprofundamento e ampliação da reflexão sobre temas fundamentais para a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos, em busca da excelência das práticas dos métodos consensuais.

[Continue lendo...](#)

16/04

EMAG promove ciclo de palestras "Mulheres Indígenas em Abril"

A Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região (EMAG) e a Comissão de Equidade de Gênero do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) realizam, de 27 a 30/4, o evento "Mulheres Indígenas em Abril", que contará com a participação de líderes de diversas etnias e profissionais que atuam com direito indígena. As palestras serão transmitidas ao vivo, das 11h às 12h30, pelo Canal da

EMAG no Youtube.

No dia 27/4, a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha vai ministrar a palestra "Terras indígenas: direitos originários e marco temporal", que terá como debatedoras as líderes Samara Pataxó, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), e Alessandra Munduruku, ativista pelo meio ambiente. A desembargadora federal Therezinha Cazerta, diretora da Emag e presidente da Comissão de Equidade de Gênero do TRF3, irá presidir a mesa.

Continue lendo...

16/04

Últimos dias para inscrições no Prêmio Innovare

O prazo para inscrições da 18ª edição do Prêmio Innovare termina no próximo dia 30 de abril. Para não perder a oportunidade, inscreva-se no site (www.premioinnovare.com.br), preencha todas as perguntas do formulário e fale sobre o processo de criação, execução e resultados conquistados pela prática concorrente.

A premiação destaca as boas práticas criadas em Tribunais, Ministérios Públicos, Defensorias Públicas e na Advocacia para tornar a justiça mais rápida e acessível à população. Na categoria Justiça e Cidadania podem concorrer profissionais de todas as áreas do conhecimento que tenham iniciativas relacionadas à Justiça. Para o prêmio destaque, o tema deste ano é Defesa da Igualdade e da Diversidade.

Continue lendo...

16/04

Associado lança livro sobre imputação subjétiua na improbidade administrativa

O juiz federal Eduardo Kahler Ribeiro, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, lança o livro "A imputação subjétiua na Improbidade Administrativa", pela editora Livraria do Advogado. A obra está em pré-venda até o dia 25 de abril.

O livro analisa o processo de imputação subjétiua da improbidade administrativa, com enfoque no dolo e na culpa do agente público, à luz da lei geral que rege a matéria (Lei nº 8.429/92). A improbidade administrativa é consagrado meio de combate à corrupção/má gestão no setor público e, ao mesmo tem-

po, fonte de justificado temor por parte dos agentes públicos, receosos em face da gravidade das sanções dela decorrentes. A imposição das sanções da improbidade administrativa, por outro lado, exige a análise do elemento subjétiuo (dolo e culpa) do sujeito ativo.

Continue lendo...



AJUFE